

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufort
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony / Calunda dos Santos Jorge / Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio / Denilson Genito Moisés dos Anjos / Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos / Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS: DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchippesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jeam Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANALFABETISMO À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinseque / Mário Jamba Artur / Daniel Marculino Muenho / Eugénio Chicapa / Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio / Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLOHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigues Lucau / Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac / Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto / Belkis Tomilson Garcia / Tomasa Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FACTORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1 CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo / Domingos Tchinhama Mangundu / Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP



A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO

Katia Aparecida de Sousa Lima¹

RESUMO: Este artigo analisa a percepção de docentes sobre a atuação da coordenação pedagógica e sua relação com a gestão escolar, com ênfase na participação, no apoio ao trabalho docente, na liderança e no Projeto Político-Pedagógico (PPP). Trata-se de estudo descritivo, de abordagem quantitativa, articulado a revisão bibliográfica. A pesquisa de campo foi realizada em abril de 2020, por meio de questionário eletrônico no Google Formulários, com 66 docentes vinculados a escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo. A amostra foi não probabilística, por adesão voluntária. Os dados disponíveis permitiram tratamento estatístico descritivo por frequências absolutas e relativas. Entre os participantes, 50 (75,8%) atuavam na rede pública e 16 (24,2%) na rede privada. Os resultados indicam percepções majoritariamente favoráveis quanto à consideração da opinião docente pela coordenação, ao apoio à prática pedagógica, à relevância da liderança e à participação na elaboração do PPP. Esses achados, contudo, não autorizam afirmar que a gestão democrática esteja plenamente institucionalizada, pois expressam percepções de uma amostra de conveniência e não abrangem todas as dimensões do construto. A coleta ocorreu durante a fase inicial da pandemia de Covid-19, circunstância que pode ter afetado as respostas e constitui limitação relevante. Conclui-se que a coordenação pedagógica é percebida pelos respondentes como instância importante de mediação do trabalho coletivo, mas sua contribuição deve ser compreendida no marco do direito à educação, da participação, da formação docente, do PPP e da qualidade social da educação.

Palavras-chave: Gestão escolar; Coordenação pedagógica; Gestão democrática; Participação docente; Projeto Político-Pedagógico.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar constitui uma dimensão político-pedagógica da organização da educação e envolve processos de participação, planejamento, tomada de decisão, acompanhamento do trabalho pedagógico e articulação entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar. Embora a escola possa ser analisada como organização, sua finalidade não se confunde com a de uma empresa: no campo educacional, especialmente no ensino público, a referência central é a educação como direito social, orientada pela aprendizagem, pela cidadania, pela equidade e pela qualidade social.

A Constituição Federal estabelece, entre os princípios do ensino, a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também a reconhece como princípio e, em sua redação atual, determina que as normas de gestão democrática considerem a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996). Dessa forma, a gestão democrática não pode ser reduzida a um estilo de liderança participativa: ela envolve instâncias, regras, processos

¹ Graduada em Pedagogia, Administração de Empresas e Licenciatura em Letras e Libras. Pós-graduada em Gestão Escolar e Autismo. Professora de Educação Básica na Prefeitura Municipal de Guarulhos. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura de São Paulo, SME, PMSP.

coletivos, transparência, diálogo e efetiva participação nos espaços de decisão.

Estudos recentes reforçam essa compreensão. Souza (2025) propõe compreender a gestão democrática em suas dimensões processual, coletiva e pedagógica, articulada ao diálogo, à alteridade, à participação e à transparência. Ribeiro, Gusmão e Rodrigues (2024), ao investigarem diretores de escolas públicas, identificam diferentes concepções de gestão democrática e mostram que a participação pode assumir sentidos distintos nas práticas escolares. Oliveira e Vieira (2026) também destacam que o debate contemporâneo aproxima gestão democrática e liderança distribuída, sem centralizar a ação em um único indivíduo.

Nesse contexto, o coordenador pedagógico ocupa posição relevante por articular planejamento, acompanhamento das práticas, formação docente e construção coletiva do trabalho pedagógico. Pinto (2011) destaca a coordenação das atividades pedagógicas como núcleo do trabalho escolar, o que exige considerar tanto a prática cotidiana quanto o planejamento e os processos de aprendizagem. Assim, interessa compreender não apenas se o coordenador é percebido como líder, mas de que modo sua atuação é reconhecida pelos docentes em aspectos relacionados ao apoio, à participação e à organização do trabalho pedagógico.

Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar as percepções de 66 docentes sobre a atuação da coordenação pedagógica, discutindo os resultados à luz da gestão democrática e do trabalho pedagógico. Busca-se, ainda, delimitar o alcance dos dados, distinguindo percepção docente de realidade institucional e evitando generalizações que não possam ser sustentadas pelo desenho da pesquisa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A escola possui estrutura, normas, recursos, funções e processos de coordenação, razão pela qual pode ser estudada como organização. Entretanto, a transposição direta de categorias empresariais para o campo educacional é insuficiente para explicar sua natureza. A finalidade da escola não é conquistar mercado, reter clientes ou ampliar negócios, mas assegurar condições para o acesso, a permanência, a

aprendizagem, a formação humana e o exercício da cidadania. A própria LDB define a educação como dever da família e do Estado e vincula sua finalidade ao pleno desenvolvimento do educando, ao preparo para a cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Por essa razão, conceitos gerais de administração podem contribuir para compreender planejamento e organização, mas devem ser subordinados às especificidades político-pedagógicas da instituição escolar. Lück (2009) compreende a gestão escolar como processo articulador das dimensões pedagógica, administrativa e relacional, orientado à aprendizagem e à organização das condições educacionais. Essa perspectiva permite tratar a escola como organização sem reduzi-la à lógica empresarial.

A gestão democrática possui fundamento constitucional e legal. O art. 206, inciso VI, da Constituição Federal prevê a gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1988). Na LDB, o art. 14, com redação dada pela Lei nº 14.644/2023, estabelece a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico e a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996). A redação atual também explicita a qualidade social da educação entre os princípios orientadores dos Fóruns dos Conselhos Escolares.

Esses dispositivos mostram que a gestão democrática não se esgota na consulta à opinião dos professores. Ela pressupõe mecanismos coletivos, participação de diferentes segmentos, acesso à informação, deliberação, corresponsabilidade e construção do projeto pedagógico. Souza (2025) ressalta seu caráter político-pedagógico, enquanto Oliveira e Vieira (2026) assinalam a importância de abordagens que distribuam a liderança e ampliem a participação. Portanto, itens de questionário sobre liderança ou apoio cotidiano podem indicar aspectos da relação entre coordenação e docentes, mas não medem, isoladamente, a institucionalização da gestão democrática.

O coordenador pedagógico atua na mediação entre o projeto da escola e o trabalho desenvolvido pelos docentes. Entre suas atribuições, destacam-se o acompanhamento do planejamento, a organização de

momentos formativos, a análise de necessidades pedagógicas, o apoio às práticas docentes e a articulação coletiva do PPP. Pinto (2011) situa a coordenação pedagógica no centro da organização do trabalho escolar, enquanto Lück (2009) enfatiza a necessidade de competências profissionais articuladas às finalidades educacionais.

A liderança pode integrar esse trabalho, mas não deve ser tratada como atributo inato nem como sinônimo de gestão democrática. Em uma perspectiva educacional, interessa sobretudo a capacidade de favorecer processos coletivos, apoiar a formação docente, promover diálogo e criar condições para a participação. A literatura recente sobre gestão democrática tem valorizado justamente formas distribuídas e colegiadas de liderança, nas quais as decisões e responsabilidades não se concentram exclusivamente na figura do gestor (OLIVEIRA; VIEIRA, 2026).

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, articulada a revisão bibliográfica. A etapa de campo utilizou questionário estruturado on-line, elaborado no Google Formulários e disponibilizado durante 20 dias, em abril de 2020. Participaram 66 docentes que atuavam em escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo. O manuscrito original informa a participação de três instituições escolares, mas não apresenta identificação, localização municipal nem distribuição dos respondentes por escola; por esse motivo, essas informações não podem ser reconstruídas com segurança.

A amostragem foi não probabilística, por conveniência e adesão voluntária ao formulário. Não houve sorteio dos participantes nem procedimento que assegurasse representatividade estatística das redes de ensino. A caracterização disponível permite informar a rede de atuação e o nível/etapa de ensino. Não foram apresentados no banco documental disponível dados de idade, gênero, formação, tempo de docência, tempo de atuação na escola ou tempo de trabalho com a coordenação pedagógica. Essas ausências limitam a caracterização da amostra e a interpretação dos resultados.

Dos 66 participantes, 50 (75,8%) atuavam na rede pública e 16 (24,2%) na rede privada. Quanto ao nível de atuação, 26 (39,4%) indicaram Educação

Infantil; 7 (10,6%), Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais; 3 (4,5%), Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Finais; 6 (9,1%), Educação Infantil e Ensino Médio; 14 (21,2%), Ensino Fundamental – Anos Iniciais; 3 (4,5%), Ensino Fundamental – Anos Finais; e 7 (10,6%), Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.

O instrumento continha 11 questões fechadas. As alternativas foram recuperadas a partir dos gráficos do material original e são apresentadas no Quadro 1. Os itens investigaram rede e nível de atuação, percepção sobre participação da coordenação, apoio à prática docente, liderança, experiência profissional, apoio a decisões disciplinares e relação dos docentes com o PPP.

Quadro 1 – Questões e alternativas do instrumento de pesquisa.

Nº	Questão	Alternativas
1	Qual o tipo de escola?	Particular; Pública.
2	Qual o nível de atuação da escola?	Educação Infantil; Educação Infantil ao Ensino Fundamental – Anos Iniciais; Educação Infantil ao Ensino Fundamental – Anos Finais; Educação Infantil ao Ensino Médio; Ensino Fundamental – Anos Iniciais; Ensino Fundamental – Anos Finais; Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.
3	A Coordenação Pedagógica escolar é democrática?	Não, a gestão não leva em consideração a opinião da equipe docente; Sim, a gestão considera a opinião da equipe docente para o processo decisório; Incerto, a gestão leva ao conhecimento questões pertinentes, mas não considera como relevantes as opiniões.
4	Como é a participação da coordenação pedagógica na prática docente?	Efetiva, auxiliando em todos os aspectos; Distante, auxiliando somente quando solicitada; Muito demandante, mas não consegue acompanhar o que é cobrado.
5	A coordenação tem traços de liderança?	Sim, é um líder nato; Não tem traços de líder; precisa adquirir ferramentas para se desenvolver como líder.
6	A liderança deveria ser uma característica fundamental para o Coordenador?	Sim; Não.
7	A formação e experiência em sala de aula são importantes para a gestão do Coordenador Pedagógico?	Sim; Não.
8	É importante que o Coordenador Pedagógico possua experiência em gestão?	Sim; Não.
9	A gestão apoia as decisões disciplinares?	Sim; Não; Às vezes.
10	O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola é um documento acessível?	Sim; Não.
11	Há contribuição dos docentes na elaboração do PPP?	Sim; Não.

Fonte: elaboração a partir do questionário e dos gráficos do estudo original.

O tratamento dos dados foi exclusivamente descritivo, com cálculo de frequências absolutas (n) e relativas (%). Os percentuais apresentados nos gráficos originais foram convertidos em números absolutos considerando n=66. Não foram aplicados testes inferenciais, pois a amostra é de conveniência e o material disponível não contém a base individual de respostas. Pelo mesmo motivo, não foi possível realizar cruzamentos entre rede pública e privada, nível de ensino

e demais respostas. Assim, o estudo não sustenta comparações estatísticas entre os dois segmentos.

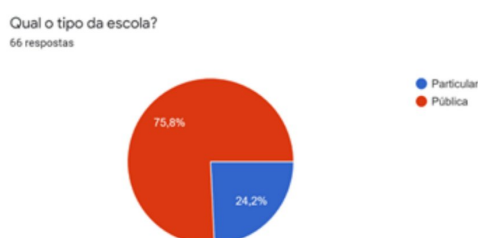
No plano ético, o material original informa que os participantes aceitaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), mas não apresenta número de parecer de Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), protocolo de submissão ou justificativa formal de dispensa. A Resolução CNS nº 510/2016 disciplina pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e prevê situações específicas que não são registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP, incluindo pesquisa de opinião pública com participantes não identificados. Como o documento disponível não permite determinar com segurança o enquadramento adotado em 2020, esta informação deve ser confirmada pela autoria antes da submissão do artigo. Na ausência de comprovação, não se deve afirmar aprovação ética inexistente.

A coleta ocorreu em abril de 2020, período excepcional da pandemia de Covid-19. No Estado de São Paulo, as aulas presenciais foram suspensas a partir de 23 de março, e o trabalho escolar passou por reorganização emergencial, com atividades remotas e replanejamento. Portanto, as respostas podem ter sido influenciadas por alterações abruptas nas formas de comunicação, acompanhamento pedagógico, tomada de decisão e organização do trabalho docente. Esse contexto deve ser considerado na leitura dos resultados.

RESULTADOS

Os resultados são apresentados a seguir com os gráficos originais da pesquisa. Para aumentar a transparência e a auditabilidade, cada figura é acompanhada, no texto, por frequências absolutas (n) e relativas (%), considerando o total de 66 respondentes. Os gráficos foram preservados como registro da coleta original; a interpretação foi revista para distinguir percepção docente de realidade institucional.

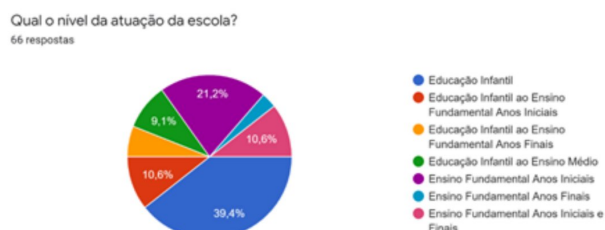
Figura 1 – Tipo de escola dos participantes.



Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Dos 66 docentes, 50 (75,8%) atuavam na rede pública e 16 (24,2%) na rede privada. A predominância de participantes da rede pública deve ser considerada na interpretação dos resultados e impede tratar os dois segmentos como grupos equivalentes.

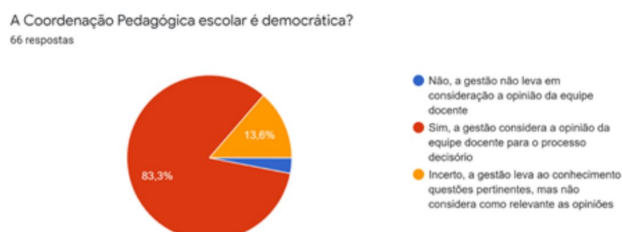
Figura 2 – Nível de atuação da escola.



Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Quanto ao nível de atuação, 26 docentes (39,4%) indicaram Educação Infantil; 7 (10,6%), Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais; 3 (4,5%), Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Finais; 6 (9,1%), Educação Infantil e Ensino Médio; 14 (21,2%), Ensino Fundamental – Anos Iniciais; 3 (4,5%), Ensino Fundamental – Anos Finais; e 7 (10,6%), Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais.

Figura 3 – Percepção dos docentes sobre a participação da coordenação no processo decisório.

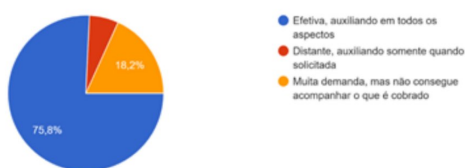


Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Na questão originalmente intitulada “A Coordenação Pedagógica escolar é democrática?”, 55 docentes (83,3%) assinalaram que a gestão considera a opinião da equipe docente no processo decisório; 9 (13,6%) escolheram a alternativa “incerto”; e 2 (3,0%) indicaram que a opinião docente não é considerada. O item evidencia percepção sobre participação docente, mas não mede isoladamente todas as dimensões da gestão democrática.

Figura 4 – Participação da coordenação pedagógica na prática docente.

Como é a participação da coordenação pedagógica na prática do docente?
66 respostas

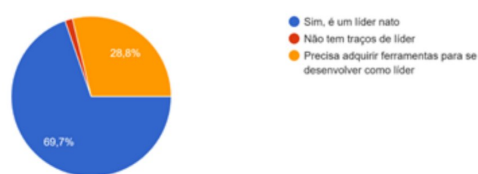


Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Para 50 participantes (75,8%), a participação da coordenação na prática docente era efetiva; 12 (18,2%) a classificaram como muito demandante, sem acompanhamento correspondente; e 4 (6,1%) como distante, auxiliando apenas quando solicitada. O resultado descreve a percepção de apoio e acompanhamento pedagógico.

Figura 5 – Percepção sobre traços de liderança da coordenação.

A coordenação tem traços de liderança?
66 respostas



Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Em relação à liderança, 46 respondentes (69,7%) escolheram a alternativa “sim, é um líder nato”; 19 (28,8%) indicaram que o coordenador precisa adquirir ferramentas para desenvolver-se como líder; e 1 (1,5%) não identificou traços de liderança. A expressão “líder nato” é mantida por integrar o instrumento original, mas não é assumida como premissa teórica do artigo.

Figura 6 – Importância atribuída à liderança para a função de coordenador.

A liderança deveria ser uma característica fundamental para o Coordenador?
66 respostas



Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Sessenta e cinco docentes (98,5%) consideraram a liderança uma característica fundamental para o coordenador pedagógico, enquanto

1 (1,5%) respondeu negativamente. O dado expressa valorização da liderança pelos participantes, sem comprovar, por si só, eficácia da coordenação.

Figura 7 – Importância da formação e da experiência em sala de aula.

A formação e experiência em sala de aula, são importantes para a gestão do Coordenador Pedagógico?
66 respostas



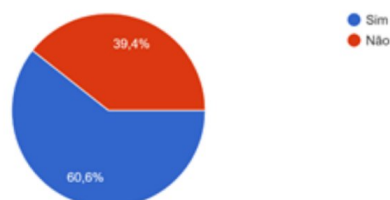
Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Todos os 66 participantes (100%) consideraram importantes a formação e a experiência em sala de aula para a atuação do coordenador pedagógico. Trata-se de consenso na amostra pesquisada, embora o item não detalhe quais conhecimentos ou experiências seriam considerados mais relevantes.

Figura 8 – Importância da experiência em gestão.

Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

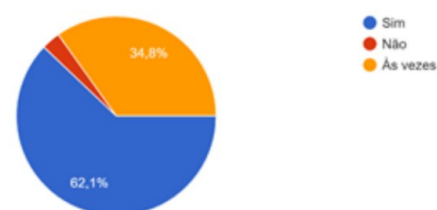
É importante que o Coordenador Pedagógico possua experiência em Gestão?
66 respostas



Quarenta docentes (60,6%) consideraram importante que o coordenador pedagógico possua experiência em gestão, enquanto 26 (39,4%) responderam negativamente. A distribuição revela menor consenso do que o observado na questão sobre experiência docente.

Figura 9 – Percepção sobre apoio da gestão às decisões disciplinares.

A gestão apoia as decisões disciplinares?
66 respostas

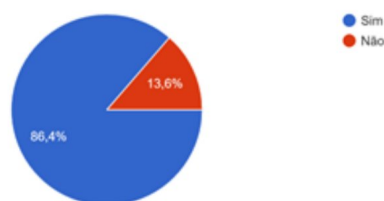


Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Quanto ao apoio às decisões disciplinares, 41 docentes (62,1%) responderam “sim”, 23 (34,8%) responderam “às vezes” e 2 (3,0%) responderam “não”. Esse item informa a percepção de apoio da gestão e não deve ser interpretado diretamente como medida de autonomia docente ou de gestão democrática.

Figura 10 – Acessibilidade do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola é um documento acessível?
66 respostas

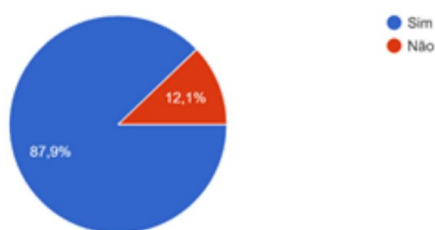


Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Cinquenta e sete participantes (86,4%) afirmaram que o PPP da escola era acessível, enquanto 9 (13,6%) responderam negativamente. O acesso ao documento constitui elemento relevante, mas não permite avaliar, isoladamente, a qualidade da participação em sua construção e implementação.

Figura 11 – Contribuição dos docentes na elaboração do PPP.

Há contribuição dos docentes na elaboração do PPP?
66 respostas



Fonte: Dados da pesquisa. Questionário com 66 docentes do Estado de São Paulo, abril de 2020.

Cinquenta e oito docentes (87,9%) afirmaram ter contribuído para a elaboração do PPP e 8 (12,1%) responderam que não. Esse resultado se relaciona diretamente à dimensão participativa prevista na legislação educacional, embora o questionário não permita conhecer a intensidade ou a forma dessa participação.

DISCUSSÃO

Os resultados mostram que 55 docentes (83,3%) assinalaram que a coordenação considera a

opinião da equipe docente no processo decisório. O dado indica percepção favorável à participação, mas não permite concluir, por si só, que a escola possua gestão democrática plenamente consolidada. A pergunta mede uma dimensão específica — consideração da opinião docente — e não contempla, por exemplo, participação de estudantes e famílias, funcionamento de conselhos, transparência, formas de deliberação ou distribuição efetiva de poder. A literatura contemporânea enfatiza que gestão democrática é um processo mais amplo, coletivo e político-pedagógico (SOUZA, 2025; OLIVEIRA; VIEIRA, 2026).

Na questão sobre a participação da coordenação na prática docente, 50 respondentes (75,8%) classificaram-na como efetiva e presente em diferentes aspectos, enquanto 12 (18,2%) a perceberam como muito demandante, sem acompanhamento correspondente, e 4 (6,1%) como distante. Esses dados sugerem que a maioria percebe apoio cotidiano da coordenação, embora aproximadamente um quarto da amostra tenha indicado limites nessa atuação. Esse resultado é relevante para discutir acompanhamento pedagógico e formação docente, sem transformá-lo em evidência de eficácia institucional.

Quanto à liderança, 46 participantes (69,7%) escolheram a alternativa segundo a qual a coordenação seria um 'líder nato', 19 (28,8%) indicaram a necessidade de adquirir ferramentas para desenvolver-se como líder e 1 (1,5%) não identificou traços de liderança. Além disso, 65 docentes (98,5%) consideraram a liderança uma característica fundamental para o coordenador. A formulação do item, entretanto, apresenta limitação conceitual ao opor 'líder nato' e desenvolvimento de ferramentas, pois a liderança pode ser compreendida como prática situada, relacional e passível de formação. Assim, o resultado deve ser interpretado como valorização da liderança pelos respondentes, e não como comprovação de que a liderança seja inata.

Todos os participantes (66; 100%) consideraram importante a formação e a experiência em sala de aula para a atuação do coordenador pedagógico, e 40 (60,6%) julgaram importante a experiência prévia em gestão. Os dados revelam a valorização, pelos docentes, de conhecimentos

construídos na prática pedagógica e de competências de organização e mediação. Contudo, o questionário não investigou quais saberes específicos seriam necessários nem permitiu avaliar relações entre experiência profissional e qualidade da coordenação.

Sobre decisões disciplinares, 41 docentes (62,1%) informaram receber apoio da gestão, 23 (34,8%) responderam 'às vezes' e 2 (3,0%) responderam 'não'. Esse item não mede autonomia docente nem gestão democrática de forma direta, como sugeria a versão original do manuscrito. Ele informa apenas a frequência percebida de apoio da gestão diante de decisões disciplinares. A distinção é importante para evitar atribuir ao dado um construto que a pergunta não foi desenhada para mensurar.

Em relação ao PPP, 57 participantes (86,4%) afirmaram que o documento era acessível e 58 (87,9%) disseram ter contribuído para sua elaboração. Esses resultados se aproximam de uma dimensão legalmente relevante da gestão democrática, pois a LDB prevê a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico (BRASIL, 1996). Ainda assim, acesso ao documento e participação declarada não informam a intensidade, a qualidade ou o poder deliberativo dessa participação. A construção democrática do PPP exige processo contínuo, coletivo e articulado à comunidade escolar.

A predominância de docentes da rede pública (75,8%) impede tratar o conjunto de respostas como se público e privado estivessem igualmente representados. Além disso, a ausência da base individual impossibilita verificar se as respostas diferem entre as redes. Consequentemente, afirmações como 'as escolas públicas e particulares apresentam o mesmo padrão de gestão democrática' não são sustentadas pelos dados disponíveis. Uma comparação público versus privado exigiria acesso às respostas individualizadas e cruzamentos por rede, com apresentação de frequências e, se pertinente ao desenho amostral, testes estatísticos adequados.

Também é necessário considerar o momento histórico da coleta. Em abril de 2020, as escolas paulistas viviam a suspensão das atividades presenciais e a reorganização emergencial do trabalho escolar em razão da Covid-19. A coordenação pedagógica, a comunicação entre equipes e as formas de

acompanhamento docente estavam sendo alteradas rapidamente. Assim, as respostas refletem percepções produzidas em um contexto excepcional e não devem ser generalizadas como retrato estável da gestão escolar.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O estudo apresenta limitações que precisam acompanhar a interpretação dos achados: amostra não probabilística e concentrada na rede pública; ausência de informações sociodemográficas e profissionais dos participantes; falta de identificação e caracterização detalhada das escolas; instrumento sem evidências apresentadas de validade ou confiabilidade; questões que captam percepções pontuais e não todos os componentes da gestão democrática; impossibilidade de realizar cruzamentos público versus privado por ausência da base individual; coleta realizada em contexto pandêmico; e situação de submissão/aprovação ética não documentada no material disponível. Essas limitações reduzem o poder de generalização e recomendam que os resultados sejam tratados como descritivos e exploratórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu descrever como 66 docentes percebiam aspectos da atuação da coordenação pedagógica em escolas públicas e privadas do Estado de São Paulo, em abril de 2020. A maioria relatou que sua opinião era considerada pela coordenação, avaliou positivamente o apoio à prática docente, valorizou a liderança e declarou ter acesso ao PPP e participação em sua elaboração.

Esses resultados não comprovam, contudo, a existência de gestão democrática plena nas instituições pesquisadas. Eles expressam percepções docentes sobre dimensões específicas do cotidiano escolar e devem ser interpretados à luz das limitações metodológicas. Gestão democrática envolve processos mais amplos de participação, colegialidade, transparência, diálogo, construção do PPP e presença da comunidade escolar nos espaços de decisão.

A atuação do coordenador pedagógico pode contribuir para esses processos quando se orienta pela mediação do trabalho coletivo, pela formação docente, pelo acompanhamento pedagógico e pela criação de condições para participação.

Nessa perspectiva, o estudante não é compreendido como cliente e a escola não é tratada como negócio: a referência é o direito à educação, a aprendizagem e a qualidade social. Estudos futuros podem ampliar a amostra, detalhar o perfil dos participantes, validar instrumentos específicos para os construtos investigados e comparar redes de ensino com base em dados individualizados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: CNS, 2016.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. **Novos paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: SEDUC, 2005. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/4832>. Acesso em: 13 jul. 2026.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

OLIVEIRA, Ana Cristina Prado de; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão democrática: contexto, atualização e aproximações teóricas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 56, e11646, 2026. DOI: 10.1590/1980531411646.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIBEIRO, Vanda Mendes; GUSMÃO, Joana Buarque de; RODRIGUES, Erica Castilho. Concepções de gestão escolar democrática: estudo fenomenográfico com diretores de escolas públicas. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. DOI: 10.1590/0102-469841837.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Nota conjunta sobre o coronavírus**: todas as escolas do Estado de São Paulo terão as atividades gradualmente suspensas a partir do dia 16 de março. São Paulo, 14 mar. 2020.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Revisitando e reconstruindo um conceito de gestão democrática da educação. **Educação em Revista**, v. 41, 2025. DOI: 10.1590/0102-46985112



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequi	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP

Parceiros:

